

SUMÁRIO

ARTIGOS	13
COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	15
<i>Fabrizio dos Reis Brandão</i>	
1. Introdução	15
2. Conceitos importantes para o tema	17
3. Relatos sobre relativização da coisa julgada	22
4. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle concentrado e coisa julgada em matéria tributária	24
Considerações finais	37
Referências	37
A INTERRUPTÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA EM FACE DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	41
<i>Fernanda Donnabella Camano de Souza</i>	
CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRIBUTAÇÃO DO STOCK OPTION PLAN	47
<i>Gustavo Junqueira Carneiro Leão</i>	
1. Considerações iniciais	47
2. Conceito e natureza jurídica	48
3. Análise dos momentos do <i>stock option plan</i> e sua tributação	59
4. Conclusões	63
PROGRAMAS EDUCACIONAIS MUNICIPAIS PRÓ-SUPERIOR E PROEDUC: HERMENÊUTICA JURÍDICA APLICADA À SUPOSTA LIMITAÇÃO TEMPORAL PARA COMPENSAÇÃO DE SALDO A RECEBER, POR INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR, DE BOLSAS DE ESTUDO COM DÉBITO DE ISS	65
<i>Leonardo Freitas de Moraes e Castro</i>	
I. Introdução	65
II. Legislação instituidora dos incentivos “PRÓ-SUPERIOR” e “PROEDUC”	67
	9

III. Argumentos que fundamentam a inexistência de limitação temporal para a compensação dos saldos de recebíveis	70
IV. Conclusão	86

PARECER 89

IMPOSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DE INTEGRAÇÃO ANALÓGICA PARA IMPOSIÇÃO DO ISS, EM HAVENDO ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COM ALÍQUOTA MENOR, OBJETIVANDO ALÍQUOTA SUPERIOR – REGIME JURÍDICO DO ISS PARA INTELIGÊNCIA DA APLICAÇÃO DA LISTA DE SERVIÇOS – PARECER	91
---	----

Ives Gandra da Silva Martins

Marilene Talarico Martins Rodrigues